



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2017
PA. Nº 008/2017 DISPENSA Nº 008/2017

O **MUNICÍPIO DE CONTAGEM** com sede na Praça Presidente Tancredo Neves nº. 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.508/0001-31, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Secretário Municipal Joaquim Antônio Gonçalves, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Bernardo Monteiro, nº 1000, Contagem/MG portador do CPF 593.304.496-20 e RG MG-2.091.385 SSP/MG, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SERVOS DE JESUS**, com sede na Rua Orissanga nº 466, Bairro Vila Pérola, Contagem/MG CEP: 32.110-720, inscrito no CNPJ sob o nº **04.467.087/0001-62**, representada neste ato, por seu Presidente, João Geraldo de Abreu Ferreira, portado da Identidade RG M-626.734, inscrito no CPF sob o nº 089.162.416-34, doravante denominada **OSC**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Municipal nº 30/2017 e demais legislações pertinentes, nos termos da proposta do Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Colaboração, decorrente da Dispensa de Chamamento Público nº 08/2017, Processo Administrativo nº 008/2017, tem por objeto o desenvolvimento de **ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA MODALIDADE CRECHE E PRÉ-ESCOLA**, em observância das diretrizes da Lei Nacional nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, e da Lei Nacional nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB.

1.2 O **MUNICÍPIO** realizará o repasse de recursos financeiros em forma de subsídio à OSC, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, parte integrante e indissociável deste ajuste (Anexo I), tendo como escopo viabilizar o desenvolvimento integral das crianças, seja cognitivo, físico e socioemocional.

Parágrafo único: O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente, ratificado pelo Titular da Secretaria Municipal de Educação, vedada alteração do objeto.

1.3 Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na Dispensa de Chamamento Público 08/2017, acompanhado de seus anexos, e a proposta da OSC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo de Colaboração terá vigência por 15 meses, com início a partir da data de sua assinatura.

§ 1º No mínimo 30 (trinta) dias antes de seu término, havendo possibilidade legal e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do MUNICÍPIO, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC e aprovação de novo Plano de Trabalho pela Secretaria de Educação.

§2º O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O presente Termo de Colaboração tem o valor de **R\$ 382.903,43 (trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e três reais e quarenta e três centavos)**, conforme Plano de Trabalho em anexo.

3.2 As despesas decorrentes da parceria correrão à conta do orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

- **1.12.1.12365.0024.2209.33.50.41.00 fonte 211901**

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos serão liberados conforme o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.2 Os recursos previstos na cláusula 3.1 serão transferidos eletronicamente na **Conta Corrente nº 08436-2, Agência nº2427, do Banco Caixa Econômica**, pela qual serão obrigatoriamente movimentados.

§ 1º Sob nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

§ 2º Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

§ 3º O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas nos arts. 48 da Lei nº 13.019/2014.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



§ 4º. É vedada a utilização dos recursos provenientes deste Termo de Colaboração:

- a) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- b) no pagamento de despesas efetuadas em data anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado,
- c) na realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- d) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- e) no pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- f) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que relacionadas ao objeto desta parceria ou previstos no Plano de Trabalho, e das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS CONTRATANTES

5.1. COMPETE AO MUNICÍPIO:

- a) Manter a supervisão, o acompanhamento, o controle e a avaliação da execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Colaboração;
- b) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
- c) Reduzir ou aumentar o valor do recurso financeiro a ser repassado à ENTIDADE, de acordo com o Plano de Trabalho constante deste Convênio, tendo em vista a redução ou aumento do número de crianças atendidas, comprovados pelos monitoramentos periódicos realizados pela SEDUC.
- d) Analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- e) Proceder à publicação do presente instrumento, por Extrato, no Diário Oficial de Contagem;
- f) Prorrogar, de ofício, a vigência deste Termo de Colaboração, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado.
- g) promover, por intermédio da SEDUC, atividades de formação continuada dos profissionais que atuam na ENTIDADE;
- h) Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas para que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento;
- i) Arquivar todos os documentos pertinentes à parceria por, no mínimo, 5 (cinco) anos.
- j) Na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens, e/ou assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Educação



paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

- k) Divulgar, pela internet, os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;
- l) Emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- m) Fiscalizar mensalmente a regularidade dos pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias porventura devidas pela OSC aos seus empregados.

5.2. COMPETE À OSC:

- a) Atender, gratuitamente, crianças de 03 a 05 anos, conforme especificado no Plano de Trabalho;
- b) Executar o objeto pactuado, em conformidade com o Plano de Trabalho, observando as normas legais vigentes, notadamente a legislação relativa às ações de educação;
- c) afixar, no estabelecimento de ensino e em local visível ao público, placa indicando a existência do Convênio, conforme especificações da SEDUC;
- d) comunicar, de imediato, à SEDUC, encerramento ou interrupção temporária das atividades, mudança de endereço, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de crianças atendidas, mudança na composição da diretoria, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;
- e) apresentar à SEDUC, mapeamento atualizado trimestralmente das crianças atendidas na instituição, para a realização do monitoramento das atividades;
- f) atender às crianças conforme calendário apresentado, justificando as possíveis alterações através de ofício, com antecipação de 10 dias;
- g) garantir o atendimento ininterrupto durante a ano civil para as crianças do regime de funcionamento integral e no mínimo 200 dias letivos para o regime de funcionamento parcial;
- h) implementar ações junto às famílias, garantindo 75% da frequência de todas as crianças;
- i) garantir a inclusão e o atendimento de crianças com deficiência;
- j) desenvolver ações de formação continuada para seus profissionais;
- k) participar das atividades de formação e das reuniões realizadas pela SEDUC;
- l) atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelos Conselhos Tutelares;
- m) elaborar e implementar o Projeto Político-pedagógico, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as normas do Conselho Municipal de Educação de Contagem (CMEC) as orientações da SEDUC e a Cláusula Sexta deste Convênio;
- n) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos relativos à execução deste Termo de Colaboração, para efeito de fiscalização sem prévio aviso;
- o) Receber e movimentar os recursos relativos a este instrumento, em conta bancária específica, inclusive os resultantes de sua eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, de conformidade com plano de trabalho, exclusiva e tempestivamente, no cumprimento do objeto deste Termo de Colaboração.
- p) manter a autorização de funcionamento junto ao CMEC a partir da implementação do Sistema Municipal de Ensino.
- q) manter lista de espera atualizada com dados das crianças para análise de demanda;
- r) informar às famílias das crianças atendidas sobre as condições do convênio com registro em ata;
- s) encaminhar à SEDUC termo de compromisso assinado pelo responsável da criança atendida.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



- t) observar os valores médios de mercado para a contratação de serviços ou aquisição de produtos vinculados à execução deste Termo de Colaboração, nos termos do art. 38, § 4º, do Decreto 30/2017;
- u) Prestar contas dos recursos financeiros recebidos;
- v) Facilitar, aos órgãos competentes do **MUNICÍPIO**, a supervisão, acompanhamento, fiscalização e auditoria das ações relativas ao cumprimento do presente Termo de Colaboração, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa;
- w) permitir e facilitar o acesso de agentes do **MUNICÍPIO**, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;
- x) Comunicar, de imediato, à Secretaria Municipal de Educação o encerramento ou interrupção temporária das atividades, mudança de endereço e ou mudança na composição da diretoria;
- y) Responsabilizar-se pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- z) Comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários.
- aa) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- bb) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- cc) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- dd) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do **MUNICÍPIO**;
- ee) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento;
- ff) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;
- gg) assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do **MUNICÍPIO**;
- hh) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



- ii) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- jj) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- kk) restituir os recursos recebidos, nos casos previstos no art. 42, IX, da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único: A responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO nos casos de ações trabalhistas movidas contra a OSC não é automática. Ou seja, o MUNICÍPIO somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Cabe à ENTIDADE, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as normas do CMEC e as orientações da SEDUC, elaborar e executar seu Projeto Político -Pedagógico.

§ 1º A elaboração do Projeto Político -Pedagógico deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do CMEC e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º O Projeto Político-pedagógico será avaliado pela SEDUC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças à vivência plena da infância e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Educação, através do gestor designado, com as seguintes atribuições, conforme preconizado na Lei 13.019/2014 e no Decreto Municipal 30/2017:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014 e decreto municipal 30/2017;
- d) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- e) Comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da OSC, para fins do art. 62, da lei 13.019/2014;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Educação



- f) Em caso de irregularidade ou inexecução parcial apontados no relatório de monitoramento e avaliação, notificar a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade; cumprir a obrigação; ou justificar a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.
- g) realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais
- 7.2. A Gestora responsável pela fiscalização do presente Termo de Colaboração será a servidora **LILIANE MELGAÇO ORNELAS**, Matrícula nº 28088, lotada na Secretaria de Educação.
- 7.3. A gestora da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.
- 7.4. Em caso de ausência temporária da gestora, o Secretário Municipal de Educação assumirá a gestão até o retorno daquela.
- 7.5. Em caso de vacância da função de gestor, o Secretário Municipal de Educação assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

8.1 Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria serão monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA.

Parágrafo único: Compõe a CMA as seguintes servidoras, nomeadas pela PORTARIA SEDUC nº 23, de 16 de Agosto de 2017

- Lucimara Alves da Silva - Matrícula 0113635-2;
- Marilda Francisca Silveira de Brito – Matrícula 0147501-7;
- Maria Silene Oliveira de Andrade – Matrícula 0142728-4.

8.2 Compete à CMA:

- a) Homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;
- b) Avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- c) Analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;
- d) Solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



- e) Solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;
- f) Emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

8.3 A periodicidade dos relatórios técnicos previstos na cláusula 7.1 serão estipuladas pela CMA, vedado prazo superior a 30 (trinta) dias entre um e outro.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS

9.1 Durante o período de vigência desta parceria, os bens de propriedade da administração pública que venham a ser utilizados pela OSC deverão ser disponibilizados por meio de Termo de Permissão de Uso a ser elaborado em até 1 (uma) semana após a vigência do presente Termo de Colaboração.

9.2 Os bens adquiridos, produzidos ou transformados pela OSC com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

9.3 Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria serão entregues ao MUNICÍPIO, para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.

9.4 A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas, disponibilizar os bens para o MUNICÍPIO, que deverá finalizar o Termo de Permissão de Uso, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

9.5 Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de notificação da dissolução.

9.6 Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, restando formalizada a promessa da transferência de sua propriedade para o MUNICÍPIO, em caso de extinção da OSC, conforme disposto no art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada no Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



10.2 Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do TERMO DE COLABORAÇÃO 008/2017, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

10.3 A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no portal do MUNICÍPIO, permitindo a visualização por qualquer interessado.

10.4 Até que se institua a plataforma eletrônica de que trata o item anterior, referida prestação de contas e atos subsequentes serão realizados na forma indicada pela Controladoria Geral do Município, sendo utilizados, para tanto, os instrumentais disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura de Contagem.

10.5 Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

10.6 Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

10.7 A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

10.8. A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

10.9 A prestação de contas parcial será feita mensalmente, em até 15 (quinze) dias corridos do mês subsequente ao mês de recebimento da parcela do recurso.

10.10 A prestação de contas final de execução do objeto e de execução financeira, da aplicação dos recursos recebidos em transferência, dos de contrapartida oferecidos e dos de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro será feita em 20 (vinte) dias úteis a partir do fim da vigência do presente Termo de Colaboração, podendo ser prorrogável por mais 10 (dez) dias úteis, mediante solicitação e justificativa da OSC, para apresentação da Prestação de Contas final

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



11.1. Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações do MUNICÍPIO.

11.2 É vedada à OSC a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

11.3 Caso a OSC realize ação promocional sem a aprovação do MUNICÍPIO e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

11.4 A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria, deverá apresentar o brasão oficial de Contagem, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

12.2 Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

12.3 Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO por meio de Documento de Arrecadação, à conta corrente nº. 018-9, Agência 0893, Caixa Econômica Federal – CEF, Titular Prefeitura Municipal de Contagem.

12.4 Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

12.5 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário ao MUNICÍPIO.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



12.6 A inobservância do disposto no item anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição de demais sanções e medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto e ao seu prazo de vigência, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto neste termo e na legislação aplicável.

Parágrafo único: Dispensam a elaboração de Termo Aditivo, podendo ser utilizada a certidão de apostilamento, as seguintes alterações:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;
- c) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o MUNICÍPIO tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros; ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
- d) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

14.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 30/2017 e da legislação específica relacionada à política de Educação Inclusiva, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n. 13.019, de 2014.

Parágrafo único: Aplicadas às sanções previstas nesta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no sítio eletrônico do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes:

- a) Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.
- b) O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



- c) Todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.
- d) As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

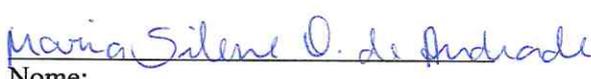
Contagem, 10 de outubro de 2017.


JOAQUIM ANTÔNIO GONÇALVES
Secretário Municipal de Educação

JOÃO GERALDO DE ABREU FERREIRA
Associação Beneficente Servos de Jesus

Testemunhas:


Nome: Francisco Soares V. Santos
RG: MG. 11. 109. 959
CPF: 056. 129. 236. 40


Nome: Maria Silene O. de Andrade
RG: MG 14. 153. 623
CPF: 080. 697. 026- 05



Prefeitura Municipal de Contagem Secretaria Municipal de Educação		Data:	
PLANO DE TRABALHO			
1 – DADOS CADASTRAIS			
1.1 PMC			
SECRETARIA GESTORA DA POLÍTICA PÚBLICA			
Secretaria Municipal de Educação			
ENDEREÇO		BAIRRO	
Rua Portugal nº 20		Glória	
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE
Contagem	MG		3352-5607
1.1.1 GESTOR DA PARCERIA			
NOME		LOTAÇÃO	
Liliane Melgaço Ornelas		Seduc	
CARGO		MATRÍCULA	
Pedagoga		28088	
E-MAIL GESTOR DA PARCERIA			
liliane_ornelas@edu.contagem.mg.gov.br			
1.2 OSC			
NOME		CNPJ	
Associação Beneficente Servos de Jesus		04.467.087/0001-62	
ENDEREÇO		BAIRRO	
Rua Orissanga		Vila Pérola	
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE
Contagem	MG	32110-720	31-3354-8371
BANCO	AG	CC	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA
Caixa Econômica Federal	2427	08436-2	13.019/2014
			NOME DA AGÊNCIA
			Agência Alípio de Melo
1.2 DIRIGENTE			
NOME DO RESPONSÁVEL		CPF	
João Geraldo de Abreu Ferreira		89162.416-34	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO	PERÍODO DE MANDATO
M-626.734 - SSPMG	Presidente	Coord. Administrativo	15/03/2016 a 14/03/2019
ENDEREÇO		BAIRRO	
Rua Acaiaça, 675		Dom Bosco	
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE
Belo Horizonte	MG	30850-160	31-3416-6909
		E-MAIL:	
		servosdejesus@gmail.com ceinair@gmail.com	
ASSINATURA DO DIRIGENTE VALIDANDO O CONTEÚDO DO PLANO			
2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO			
2.1 – PROGRAMA DE GOVERNO:			
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil			
2.2 Identificação do objeto:			
Cuidar, educar e amparar a criança, ser humano integral, interagindo intensamente com seu meio social. Oferecer oportunidades para as crianças a se transformarem em cidadãos conscientes de seus direitos e deveres com a sociedade.			
2.3 Período de execução: Outubro/2017 a 31/12/2018.			
2.4 Justificativa da proposição:			
Prestar assistência educacional e pedagógica a crianças de três a cinco anos de idade. Funcionando de segunda a sexta feira de 07:00 às 17:00 horas, totalizando 10:00 horas diárias. O CEI surgiu como resposta a uma necessidade da comunidade em seus aspectos social econômico e cultural. A finalidade é acolher, buscar resgatar ao máximo o potencial de crianças vinculadas à instituição sem distinção de crença, raça, etnia atendendo de forma efetiva no seu desenvolvimento humano em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social.			



3 – METAS			
Desdobramento do objeto do Termo de Colaboração em realizações físicas, de acordo com unidades de medidas preestabelecidas. Nesse Campo deverá ser indicado o conjunto de elementos que compõem o objeto			
A descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.			
Qtd	Meta	Quantidade	Prazo
01	Atendimento educacional de crianças de 3 a 5 anos conforme censo escolar do ano anterior	83 Crianças	out/17 a dez/18
02	Formação Continuada das Educadoras na rede conveniadas	6 Eventos	março a out/18
	Reuniões Pedagógicas com Professores	semanal	fevereiro a dezembro 2017/2018
3	Desenvolver atividades com as famílias atendidas	04 reunião/eventos	trimestral

3.1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	AÇÃO	INDICADOR		Início	Término	RESPONSÁVEL
		Und.	Qtd.			
01	Efetivar o nº de matrícula de acordo com a capacidade da escola.	matrícula	83	10/17	31/12/2018	Coordenação pedagógica
	Contratações profissionais para atendimento educacional proposto	proporcional	100%	10/17	31/12/2018	Coordenação pedagógica
02	Participação de profissionais	Formação continuada	100%	10/17	31/12/2018	Coordenação pedagógica
03	Assembleias escolares e reuniões com os pais	eventos	4	10/17	31/12/2018	Coordenação pedagógica

3.2 – INDICADORES, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

1)- Apuração 100% das matrículas efetivadas: comprovação de matrículas.

2) Garantir 80% de frequências das crianças: diário de classe/ livro de atas(apuração)

3) Garantir 100% de presença dos educadores nos eventos de promoção: lista de presença com temas.

4 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

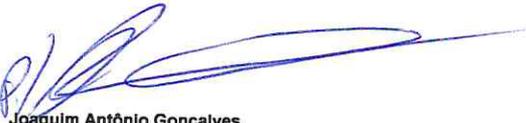
Descrição da Despesa - Ano 2017	Quantidade	Valor	Valor Total da Despesa
C. fixos(energia/tel/água/internet	n/a	R\$ 675,00	R\$ 2.025,00
Pessoal (folha e encargos)	8	R\$ 24.327,59	R\$ 72.483,07
Material Higiene e Limpeza	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Encargos Sociais	n/a	R\$ 3.095,62	R\$ 11.186,56
Serviços de TerceirosPessoa Jurídica	1	R\$ 655,90	R\$ 1.967,70
TOTAL GERAL		R\$ 29.454,11	R\$ 88.362,33
Descrição da Despesa - Ano 2018	Quantidade	Valor	Valor Total da Despesa
C. fixos(energia/tel/água/internet	n/a	R\$ 675,00	R\$ 6.750,00
Pessoal (folha e encargos)	8	R\$ 23.268,34	R\$ 238.168,00
Material Higiene e Limpeza	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Encargos Sociais	n/a	R\$ 3.854,87	R\$ 42.064,10
Serviços de TerceirosPessoa Jurídica	1	R\$ 655,90	R\$ 6.559,00
TOTAL GERAL		R\$ 29.454,11	R\$ 294.541,10

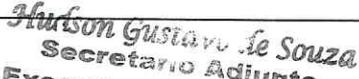
5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

META 2017	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela			
	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11			
Valor Global 2017	R\$ 88.362,33					
META 2018	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11
META 2018	7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela		
	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11	R\$ 29.454,11		
Valor Global 2018	R\$ 294.541,10					



VALOR GLOBAL (2017+2018)	R\$ 382.903,43		
6 – CONTRAPARTIDA			
Não aplicável Lei Federal nº 3019/2014 Art. 35 § 1º.			
7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL			
Apretação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.			
Prazo para apresentação das contas: Mensal			
8 – PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E A DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.			
A previsão de receitas e despesas deverá incluir os elementos indicativos de mensuração de compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou qualquer outras fontes de informação disponíveis ao público.			
Segue anexo Planilhas de custos ano 2017 e 2018.			
9 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA PMC			
9.1 –DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, aprovamos e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo, que será vinculado ao PROCESSO Nº 003 de 15 de Setembro de 2017, proposto pela (OSC) Associação Beneficente Servos de Jesus.			
Contagem, 15 de Setembro de 2017.			
 Lilliane Melgaço Ornelas Gestor da Parceria		 Joaquim Antônio Gonçalves Secretário Municipal de Educação	


 Hudson Gustavo de Souza
 Secretário Adjunto
 Executivo de Educação
 Matrícula: 514829-1



Secretário Municipal de Defesa Social

PUBLICAÇÃO INTIMAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR:01/022/2016

Fica o ilustre Procurador Dr. Alcandro Pinto da Silva Júnior, OAB/MG nº 103.253 intimado da decisão proferida nos autos do processo disciplinar nº 01/022/2016, em tramitação na Corregedoria da Guarda Civil de Contagem, nos termos do art. 175, § 1º da Lei Complementar Municipal 215/2016, que trata do Estatuto da Guarda Civil de Contagem.

Contagem, 11 de julho de 2017.

Alexandre Martins da Costa
Corregedor da Guarda Civil de Contagem

Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA SEDUC Nº 14, DE 12 DE JULHO DE 2017

Delega competência para ordenar despesas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 29 de maio de 2013 e pelo Decreto nº 29, de 18 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário Adjunto Executivo, Hudson Gustavo de Souza, Matrícula 0148829-1, para ordenar as despesas do exercício de 2017, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, na ausência do Secretário de Educação.

Art. 2º Revoga-se a Portaria SEDUC nº 07, de 08 de maio de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Secretaria Municipal de Educação, em Contagem, aos 12 de julho de 2017.

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº . 033/2017 – CAIXA ESCOLAR VEREADOR JOÃO EVANGELISTA FERNANDES CONTAGEM E O MUNICÍPIO DE CONTAGEM POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
OBJETO: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À REVITALIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA CAIXA ESCOLAR VEREADOR JOÃO EVANGELISTA FERNANDES (CAPITAL) EM 01 (UMA) PARCELA DE R\$ 35.380,00.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1.12.1.12.365.0024.2210 – NATUREZA: 44504100 - FONTE: 010100
ASSINADO: 10/07/2016 VIGÊNCIA: 31/12/2017

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº . 030/2017 - CAIXA ESCOLAR SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E O MUNICÍPIO DE CONTAGEM POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
OBJETO: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À ADEQUAÇÃO FÍSICA DA CAIXA ESCOLAR SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (CAPITAL) EM 01 (UMA) PARCELA DE R\$ 2.755,00.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1.12.1.12.365.0024.2210 - NATUREZA: 44504100 - FONTE: 010100
ASSINADO: 06/07/2017 VIGÊNCIA: 31/12/2017

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº . 025/2017 - CAIXA ESCOLAR CEMEI OITIS E O MUNICÍPIO DE CONTAGEM POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
OBJETO: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DE REDE FÍSICA PARA CONTROLE DE PRAGAS DA CAIXA ESCOLAR CEMEI OITIS (CUSTEIO) EM 01 (UMA) PARCELA DE R\$ 40.483,70.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1.12.1.12.365.0024.2210 – NATUREZA: 33504100 – FONTE: 010100

Este documento está assinado digitalmente nos termos da Lei Federal 11.418/2006, Medida Provisória 2.200-2/2001, Decreto 1.455/2010 e Portaria XXX. A assinatura digital cumpre a função de associar uma pessoa ou entidade a um conteúdo público. Os métodos criptográficos adotados pela Prefeitura de Contagem impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento sejam adulterados, tornando-os invioláveis. Portanto, encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO OFICIAL DE CONTAGEM - MG (doe). Para outras informações www.contagem.mg.gov.br.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário



OFÍCIO Nº. 077 / 2017-DAF-SEDUC

Contagem, 23 de Agosto De 2017

SOLICITAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS VIA TERMO DE COLABORAÇÃO

Órgão / Entidade Proponente:

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SERVOS DE JESUS

Projeto, Programa ou Evento:

REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início (estimado)

Outubro/2017

Término (estimado)

31/12/2018

Vigência (prazo para execução do objeto)

31/12/2018

Ocorrendo encerramento do prazo estipulado para conclusão do objeto pactuado ou no caso de denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, o saldo será recolhido à conta:

Titular da Conta:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Conta Corrente:

RECURSO VINCULADO - FONTE: 211901 - C/C: 59294-3

Banco:

BRASIL

Agência:

503-7

Nome da Agência:

ELDORADO

DESEMBOLSO FINANCEIRO

A suplementação e despesas decorrentes da assinatura deste Termo de Colaboração, correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Natureza da Despesa	Exercício / Ano	Valor	Classificação Orçamentária
DESPESAS CORRENTES RECURSOS VINCULADOS- R. 609	2017	RS 88.362,33	1.12.1.12.365.0024.2209.33.50.41.00 FONTE 211901
DESPESAS CORRENTES RECURSOS VINCULADOS-	2018	RS 294.541,10	1.12.1.12.365.0024.2209.33.50.41.00 FONTE 211901
TOTAL GERAL		RS 382.903,43	

OBS: VALORES A SEREM EXECUTADOS NA LOA 2017/2018.

Conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado, solicito a celebração do presente Termo de Colaboração

Contagem, 23 de AGOSTO 2017

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

Ilmo. Sra.

Marilene Chaves

Secretário Municipal de Planejamento-SEPLAN

AUTORIZADO CCOAF:

Marilene Chaves
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Matrícula: 0148814-3

ROTECOLO
AUTORIZADO CCOAF
Esta autorização refere-se apenas a adequação orçamentária - financeira da despesa. Os demais procedimentos da contratação devem obedecer as formalidades previstas na legislação.

Nº:

Data:

Funcionário:

Gilberto Silva Ramos
Secretário Municipal de Fazenda
Mat.: 01488751

Vanúley Portic
Secretário Adjunto Executivo de Administração
Matrícula: 0129308-9

Patrícia de Oliveira Góes
Secretária Municipal Adjunta de Governo
Matrícula: 1488275

Patrícia Fernandes de Oliveira
SEPLAN
Matrícula: 0148997-2

1526



Servidor	Função de Confiança	REF	CFC
LUIZ FERNANDO AVELAR DOS SANTOS	Diretor Médico III	FC-18	182

Palácio do Registro, em Contagem, aos 16 de outubro de 2017.

WILLIAM VIEIRA BATISTA

Prefeito de Contagem em Exercício

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº008/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONTAGEM POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SERVOS DE JESUS. OBJETO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA MODALIDADE CRECHE E PRÉ-ESCOLA. DOTAÇÃO: 1121.12.365.0024.2209.33.50.41.00 FONTE 211901. VALOR GLOBAL DE R\$ 382.903,43 (TREZENTOS E OITENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) DIVIDIDO EM 13 (TREZE) PARCELAS. ASSINADO: 10/10/2017 COM VIGÊNCIA DE 15 (QUINZE) MESES.

Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2017 PP 036/2017 PAC 123/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Contagem por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

FORNECEDOR REGISTRADO: A & S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA – ME

OBJETO: Constitui objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES nos termos da(s) solicitação(ões) do(s) Órgãos Participantes, conforme discriminado no Anexo I e Termo de Referência, partes integrantes deste.

Vigência :09/10/2017 a 08/10/2018

VALOR: R\$ 73.615,50 (Setenta e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta centavos)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2017 PP 036/2017 PAC 123/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Contagem por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

FORNECEDOR REGISTRADO: COMERCIAL MASSENSINI EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES nos termos da(s) solicitação(ões) do(s) Órgãos Participantes, conforme discriminado no Anexo I e Termo de Referência, partes integrantes deste.

Vigência :09/10/2017 a 08/10/2018

VALOR: R\$ 35.825,00 (Trinta e cinco mil e oitocentos e vinte e cinco reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2017 PP 036/2017 PAC 123/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Contagem por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

FORNECEDOR REGISTRADO: DANNYELLEN GERALDA DIAS – EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES nos termos da(s) solicitação(ões) do(s) Órgãos Participantes, conforme discriminado no Anexo I e Termo de Referência, partes integrantes deste.

Vigência :09/10/2017 a 08/10/2018

VALOR: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2017 PP 036/2017 PAC 123/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Contagem por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

FORNECEDOR REGISTRADO: EVOLUTION – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI – ME

OBJETO: Constitui objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES nos termos da(s) solicitação(ões) do(s) Órgãos Participantes, conforme discriminado no Anexo I e Termo de Referência, partes integrantes deste.

Vigência :09/10/2017 a 08/10/2018

VALOR: R\$ 18.600,00(Dois mil e setecentos reais)



TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2017

PA. Nº 008/2017 DISPENSA Nº 008/2017

ENTIDADE: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SERVOS DE JESUS**

OBJETO: **ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONTAGEM** com sede na Praça Presidente Tancredo Neves nº. 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, inscrito no CNPJ sob o nº.18.715.508/0001-31, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada “**SEDUC**”, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Joaquim Antônio Gonçalves, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado em Contagem/MG, na Rua Bernardo Monteiro, nº 1.000, Condomínio Estância do Hibisco, inscrito no CPF 593.304.496-20, portador da CI MG-2.091.385 SSP/MG, resolve modificar unilateralmente o Termo de Colaboração nº 008/2017, que se regerá pelas legislações pertinentes, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 30/2017, Lei Orçamentária Anual nº 4923, de 06 de janeiro de 2018, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto alterar a dotação orçamentária elencada na CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do instrumento original, em cumprimento à Lei Orçamentária Anual nº 4923, de 06 de janeiro de 2018, conforme abaixo:

ANO/EXERCÍCIO 2018

CUSTEIO / FUNDEB	Dotação Orçamentária
	1121.12.365.0029.2080 Nat. Desp. 33504100 fonte 2119

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas Termo de Colaboração nº 008/2017, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Contagem, 12 de janeiro de 2018.

JOAQUIM ANTÔNIO GONÇALVES
Secretário Municipal de Educação